



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0563/11	DATA: 24/05/2011
INÍCIO: 15h18min	TÉRMINO: 17h43min	DURAÇÃO: 2h25min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h25min	PÁGINAS: 47	QUARTOS: 29

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Debate sobre os temas: tempo de mandato e reeleição, data da posse e obrigatoriedade do voto. Deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sras. e Srs. Parlamentares, havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 18ª reunião ordinária, realizada no último dia 17 de maio.

Requeiro ao Plenário dispensa da leitura da ata. (*Pausa.*)

Não havendo manifestação em contrário, declaro aprovada a dispensa da leitura.

Em discussão a ata.

Não havendo quem queira discuti-la, aguardarei *quorum* para deliberação.

Expediente:

Comunico que foi recebido o seguinte expediente: da Associação das Câmaras Municipais da Microrregião Doze, que convida o Presidente desta Comissão para participar, como expositor, de seminário sobre a reforma política, objetivando a orientação de Vereadores, assessores e da comunidade, em 9 de junho, em Campo Mourão, Paraná.

Comunico ao Plenário que realizamos conferência com palestra desta Presidência e do Relator, Deputado Henrique Fontana, para os Srs. Deputados Estaduais, na cidade de Florianópolis, na última quinta-feira, por ocasião da XV Conferência Estadual de Legislativos e Legisladores Estaduais, seguida de debate; e que, no dia de ontem, realizamos conferência em Belo Horizonte, a Conferência do Estado de Minas. Na próxima sexta-feira, realizaremos a Conferência de Curitiba, no Paraná; na segunda-feira seguinte, na Bahia, em Salvador; no dia 3 de junho, em Vitória, Espírito Santo; em 6 de junho, no Rio de Janeiro; em 10 de junho, em São Paulo.

Comunico ao Plenário que há necessidade de definição de pauta para a realização de conferências nos Estados do Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Pará, Brasília, Acre, além de requerimento de Tocantins e de outro que está aportando a esta Comissão, do Estado do Ceará.

Ou seja, nós temos agenda definida até o dia 10, com mais 8 Estados, com processo de definição de data, de agenda.

Retornarei a este tema tão logo o Relator esteja presente, diante da necessidade de alteração da agenda, porque havia um pré-entendimento para a



apresentação do relatório. Em princípio, eu não vejo como apresentar o relatório na semana dos dias 15, 16 de junho, diante da necessidade de realização de audiências em todos esses Estados. Tomamos, anteriormente, uma decisão de não deliberarmos antes de ouvirmos a sociedade. E quero comunicar que as audiências estão sendo realizadas, as conferências. Não tem havido embaraços. Todas as previstas estão sendo realizadas: Goiás, Rio Grande do Sul, Sergipe, Paraíba, Florianópolis, Minas Gerais.

Segundo aspecto.

Temos, ainda, convidados, inclusive com pré-agendamento, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, para o dia 16 de junho; Luís Inácio Lula da Silva, ex-Presidente, que também não pode vir antes dessa data; o Vice-Presidente da República, Michel Temer; Ministros Iryny Lopes, Joelson da Costa Dias, José Eduardo Cardozo, Dias Toffoli; da área de Sociologia, sete palestrantes; de Ciência Política, sete palestrantes; juristas, quatro palestrantes; da área de Filosofia e Ciência Política, três palestrantes; de sindicatos, associações, confederações, partidos políticos, outro tanto.

Não temos como suspender essa agenda ou desconsiderá-la. Nós estaríamos passando um atestado não verdadeiro de que as audiências públicas e as conferências não estão dando certo. E elas são extremamente proveitosas.

Ontem mesmo, em Minas Gerais, e eu não tinha ouvido ainda, em Estado nenhum — digo eu, porque alguém pode ter ouvido —, uma sugestão que eu ouvi ontem, em Minas Gerais: uma alegação de que ricos podem se candidatar, até mesmo os não ricos que sejam servidores públicos, porque têm o direito de se afastar sem prejuízo da remuneração, mas que os trabalhadores não podem se afastar sem prejuízo da remuneração; e que isso não é um tratamento igualitário, não é criar condições iguais.

Não tenho ouvido sobre isso aqui, ainda. E não são apenas aspectos aqui, ali e acolá; são manifestações consistentes.

Confesso a V.Exas. que muito tenho ouvido coisas que eu não imaginava, sobretudo porque não vejo, de 2003 para cá, este Parlamento, o Congresso Nacional, falar de reforma política do Estado. Ouço pronunciamentos isolados, mas não vejo uma ação concatenada partindo do conjunto de Lideranças e das Mesas,



referente às competência dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, para se discutir a Federação. Por onde andamos, ouvimos muitas cobranças e críticas quanto a esses aspectos. V.Exas. estão tratando apenas de uma reforma eleitoral, daquilo que lhes interessa, e não de uma reforma política do Estado, de interesse do Brasil, da sociedade.

São cobranças que recebemos. E temos de dar explicações no sentido de que a finalidade desta Comissão é uma reforma político-eleitoral. Aliás, não chega a ser nem partidária; é só eleitoral. E a sociedade com a qual estamos discutindo, conversando, ouvindo, tem reclamado.

Afirmo isso para dizer que muitos têm manifestado o desejo de que o debate se prolongue. Saímos da Paraíba tomando decisões de que iriam se estabelecer conferências idênticas pelo interior do Estado, pedindo inclusive que, se a reforma não tivesse condições de ser para 2012, que não se atropelasse o debate. Não há de ser necessariamente para 2012; pode ser para depois.

Portanto, acho que não temos por que, em prejuízo do debate amplo, antecipar os trabalhos, quando nosso prazo vai até o início de setembro.

São oito Estados a solicitar conferências e um sem número de pessoas já convidadas; precisamos de espaço na agenda para ordenar os trabalhos. Semana passada, quando solicitei reunião com os Líderes de partidos nesta Comissão, era exatamente para tratar do assunto. Lamentavelmente, o plenário não nos permitiu, diante da discussão acerca do Código Florestal. Se não tivermos condições de resolver esse assunto no dia de hoje, poderemos ver com V.Exas. a possibilidade de uma reunião de representantes partidários, para discutirmos amanhã essa questão, para agendarmos e para que as pessoas comecem a tomar suas providências.

A Deputada Luiza Erundina deseja falar.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, concordo com V.Exa. Nem sei se teríamos de retomar essa discussão. Entendo que já se gerou uma expectativa nos Estados e que essa agenda não foi uma iniciativa só da Presidência e desta Comissão, mas de uma demanda de Parlamentares que sequer a compõem. Então, gerou-se uma grande expectativa.

Concordo com V.Exa. Naquelas audiências em que pude comparecer, naquelas conferências, também constatei o nível de interesse e de qualidade



daquele debate. Isso dá uma condição política que talvez não se tivesse, se essas conferências não ocorressem.

Tenho ouvido também, Sr. Presidente, o desejo de criação de Frentes Parlamentares Estaduais, a exemplo da que aqui existe, na perspectiva de que a reforma não termine com o projeto aprovado aqui, porque há a compreensão de que, como V.Exa. mesmo destacou com muita precisão, a reforma não é eleitoral nem sequer eleitoral e partidária, mas uma reforma do Estado, e que não se vai cumprir num prazo tão curto como este que estamos imaginando ser possível. O importante é que consigamos aprovar mudanças, a médio ou longo prazo, mas já apresentando alguns resultados de curto prazo, para 2012, quem sabe. O importante é que não se conclua o trabalho sem antes submetê-lo, como está sendo feito, a meu ver de forma adequada, oportuna e necessária, a um debate estrutural sobre a reforma do Estado brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, concordo com a necessidade de se fechar uma agenda, de uma vez por todas. Não entendo essa reticência, vez por outra, essa ameaça de “vamos acelerar, vamos concluir”. Acho que isso não corresponde ao que geramos para a sociedade, qual seja, uma expectativa de que ela esteja sendo correspondida.

É impressionante o público que acorre a essas conferências. E V.Exa. tem dito que vai para muito além da agenda que estabelecemos para nós mesmos, em termos de tema, e muito além daquilo que eventualmente se possa incorporar na proposta de um relatório de curto prazo nos próximos meses.

É esta a minha posição, Sr. Presidente. Concordo inteiramente com a orientação da Presidência a respeito dessa questão.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, sem dúvida, a argumentação de V.Exa. é perfeita. Aliás, como sempre, V.Exa. tem dito com muita paixão que quer essa reforma assumida também pela nossa sociedade, pelo povo, de forma que não passemos apenas, como o fez o Senado, por uma decisão que ainda se transformará em discussão. Gostaríamos que já saísse daqui um projeto que dê realmente ao eleitor, à nossa sociedade, a vontade de aprová-la.

Com a chegada do Relator, fortalece-me o argumento. O nosso Relator, que por sinal teve uma reunião muito proveitosa com a nossa bancada, está muito bem



situado com relação à nossa Comissão, com relação ao que ela pretende e aonde quer chegar. E, pelo que sentimos, nós, do Partido Progressista, S.Exa. avançou muito na sua análise dos vários posicionamentos das bancadas, faltando ainda algumas para se pronunciarem. Faço até um apelo para que o façam o mais rápido possível, pois aprenderão com o Relator aspectos importantes e criativos, e terão surpresas agradabilíssimas com relação à forma com que S.Exa. argumenta.

Quando o Sr. Relator diz que quer apresentar seu relatório no dia 14 de junho, e que bate com a agenda de convites aprovados e feitos por esta Comissão, em destaque os nossos ex-Presidentes, Fernando Henrique Cardoso e Lula, e o nosso atual Vice-Presidente, Michel Temer, sim, bate um pouco, porque isso aconteceria depois. As datas são posteriores ao anúncio de relatório no dia 14. Tenho a impressão de que poderíamos, agora com a chegada do Relator, quem sabe, ampliar um pouco mais o prazo para apresentação do relatório, ouvirmos logicamente os mais importantes dos convidados aqui, aprovados por requerimentos, encerrarmos, talvez até o dia 10, as externas, e aí, sim, começarmos a debater o nosso relatório. Eu acho que, lá pelo dia 20, 25, já teríamos condições de fazer isso.

Sr. Presidente, com a chegada do Relator, o meu argumento até desaparece, porque ele é que tem a cabeça bastante no lugar para nos dar uma agenda de como esta Comissão pode sair bem desse episódio da reforma política.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu gostaria, Deputado Reguffe, com a chegada do Relator, se V.Exa. concordar, de dar aquela explicação de forma mais sintética, mais enxuta, acerca dessa necessidade, para vermos como é que o Plenário se manifesta e, junto com o Relator, com a Presidência, decidirmos. Tão logo assim eu faça, passo a palavra a V.Exa., o.k.?

Deputado Henrique Fontana, estamos diante de uma questão a que precisamos dar o encaminhamento o mais adequado possível. Nós fizemos conferências nos Estados de Goiás, Rio Grande do Sul, Sergipe, Paraíba, Santa Catarina e, ontem, em Minas Gerais. Estão agendados Paraná, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Estão agendados mais quatro Estados. Foram deferidos os requerimentos do Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Pernambuco,



Mato Grosso do Sul, Pará, Brasília, e há um pedido do Estado do Tocantins — são sete, portanto.

Fora a necessidade do agendamento de conferências em sete Estados — não estamos perdendo data, nem na segunda-feira, nem na sexta-feira, estamos realizando todas as reuniões —, há personalidades ainda a se manifestar, pois lhes foram feitos convites, a exemplo de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Michel Temer, Ministros Irlay Lopes, Joelson da Costa Dias, José Eduardo Cardozo e Dias Toffoli, sete estudiosos de Sociologia, sete cientistas políticos, sete juristas, catorze representantes de sindicatos, associações, confederações, partidos políticos, seis representantes do movimento de mulheres. Há ainda personalidades internacionais aqui arroladas.

Há outro aspecto, que diz respeito exatamente à Comissão Especial, que, a esta altura, já está criada, com os membros indicados. Na semana passada, faltava o PMDB, mas a Liderança do PMDB já tinha, inclusive, conversado comigo, dentro daquele entendimento de que deveríamos ser os mesmos para a apreciação da PEC 10/95, que trata de sistema distrital misto. Eu quero fazer uma observação relativamente a essa Comissão. Instalada, eleito o Presidente, designado o Relator, nós teremos um mínimo de dez sessões para recebimento de emendas. Dez sessões deliberativas de plenário. Uma estatística que temos aqui: no mês de fevereiro, tivemos cinco sessões; no mês de março e no de abril, oito sessões; no mês de maio, cinco até a semana passada. Isso significa dizer que dez sessões ordinárias, prazo mínimo necessário para que a PEC esteja lá no “freezer”, em *stand by*, aguardando a apresentação de emendas, ocorrerão em mais de 1 mês.

Há a ideia de fazer avançar esta Comissão. É possível avançar, mas provavelmente vamos ter de aguardar por um período superior a 1 mês. Não seria nesse período que não estaríamos, digamos, a malhar em ferro frio e aproveitando a oportunidade para dar seguimento àquilo que foi uma ideia da Câmara dos Deputados e que vem dando certo?

Essa foi a questão considerada aqui, mas eu disse que a renovaria tão logo V.Exa. chegasse.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Vamos ouvir mais colegas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sim. O Deputado Reguffe tinha pedido a palavra. V.Exa. também, Deputado. Nós já tínhamos ouvido a esse respeito a Deputada Luiza Erundina.

Ouçó V.Exa., Deputado.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Obrigado, Sr. Presidente.

A rigor, segundo leitura de escritos de vários cientistas políticos, a reforma política já vem sendo debatida desde 1946. Portanto, já se estende por um longo período a discussão a respeito desse tema.

Pela experiência de legislaturas anteriores em que a temática foi debatida, parece que devemos levar em consideração este dito popular: nem oito, nem oitenta. Não podemos, concordando com V.Exa., votá-la imediatamente, de forma açodada, como de certa maneira procedeu o Senado, porque estaríamos retirando da discussão o movimento social e as representações da sociedade, cuja participação vem sendo defendida especialmente pela Deputada Luiza Erundina, com o que concordamos. É de fundamental importância que o movimento social, as lideranças políticas, os Parlamentares, os Prefeitos possam debater da forma mais ampla possível esse tema, e assim é necessário que aconteça.

Sr. Presidente, quero ponderar que não acredito na aprovação de qualquer reforma no segundo ano de mandato. Acho muito difícil, porque no ano que vem entraremos novamente em processo de eleições municipais, e, infelizmente, pela experiência já vivida, o tema poderá ser tratado secundariamente.

Então, de fato, poderíamos ajustar o calendário anteriormente apresentado pelo Relator Henrique Fontana, de tal maneira que pudéssemos acolher as solicitações dos demais Estados que já reivindicaram a realização de conferências e audiências públicas. Poderíamos ajustar esse calendário de tal forma que pudéssemos fazer a votação até o final deste ano.

Não acontecendo isso, eu, particularmente, ficaria muito descrente da possibilidade de apreciarmos a matéria e a votarmos no segundo ano do mandato legislativo.

Faço essa ponderação ao Deputado Henrique Fontana.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Waldenor, V.Exa. diz muito bem que — Deputada Luiza Erundina, veja como são as coisas —, no segundo ano de legislatura, por ser um ano de eleição, não conseguiremos votar.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Veja como é importante a tese da coincidência de eleições. Até o Legislativo para.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - O Legislativo, em ano eleitoral — e é ano sim, ano não —, para completamente.

Fiz essa intervenção só para ilustrar com esse exemplo um outro aspecto que V.Exa. não estava, digamos assim, a se referir.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - V.Exa. tem toda a razão. Acolho a manifestação de V.Exa.

Por isso ponderamos quanto à necessidade de organizarmos o calendário de tal forma que possamos, de um lado, atender aos reclamos da população, do movimento social e das lideranças no que se refere à realização do debate e, de outro lado, compatibilizar a discussão com a votação ainda em 2011. Essa é nossa ponderação.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO WILLIAM DIB - Quero complementar o que o nosso nobre Deputado acabou de falar. Até o final do ano — não quer dizer que vai valer para as eleições de 2012. Quanto à questão da coincidência de mandatos, quando se pensa numa eleição com possibilidade de ser de 6 anos, também precisaria ser antes de setembro.

Estou sentindo que, se formos cumprir, do jeito que estão sendo cumpridas, as conferências estaduais e esperar todas as audiências públicas aqui às quintas-feiras, nesse ritual, não há possibilidade de votarmos esse projeto de lei até agosto, começo de setembro.

Sinto que deveríamos dar uma satisfação à sociedade. Podemos não ganhar no plenário, ter dificuldades, mas temos que dar uma satisfação à sociedade. Como serão as eleições? Vamos fazer uma minirreforma para 2012, tirando a coligação dos partidos, colocando a eleição em 6 anos? Depois, mudamos o sistema eleitoral.



Acho que precisaríamos dar uma resposta, e já ouvi neste plenário por mais de uma vez que 2012 está fora de discussão. Eu já ouvi. V.Exa também deve ter ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu, particularmente, acho que não.

O SR. DEPUTADO WILLIAM DIB - Não, mas eu ouvi. V.Exa. também deve ter ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sim, claro. Eu particularmente acho que não, mas já foi dito, sim.

O SR. DEPUTADO WILLIAM DIB - O nobre Deputado falou assim: “*Até o final do ano*”. Então, é novembro, dezembro. Já não valerá para 2012.

A sociedade, quando comparece às reuniões em cada Estado, está acreditando na reforma política, está acreditando que é para valer, e é para valer em 2012.

Eu quis falar isso antes do nosso nobre Relator, que é uma pessoa de extremo equilíbrio, porque propôs a apresentação de um relatório preliminar, que estamos pensando em postergar, por causa dos ilustres palestrantes. Mas as reuniões das quintas-feiras não serão suficientes para ouvirmos todos os palestrantes que estão convidados neste ano. Não adianta sonharmos. Só nas quintas-feiras, esqueçam. Não ouviremos todo o mundo, como também não acabaremos antes de agosto as operações e os encontros estaduais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Terá a palavra, primeiro, o Deputado Reguffe e, em seguida, o Deputado Sirkis e o Deputado Augusto Coutinho.

Com a palavra o Deputado Reguffe.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, vou falar sobre o que é objeto de discussão hoje nesta Comissão, sobre os temas que estão para ser debatidos aqui.

A reforma política foi um dos principais assuntos considerados por mim durante a minha campanha.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Reguffe, por gentileza, eu não compreendi. É só para dar um encaminhamento. Nós estamos, basicamente, numa questão preliminar...

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Quando V.Exa. me chamou, eu achei que já era para debater. Eu aguardo, não há problema nenhum.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Colegas querem falar da preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Se for acerca da preliminar...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Eu vou ouvir o Deputado e depois eu falo sobre a preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Obrigado, Deputado Reguffe.

Com a palavra o Deputado Sirkis.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Penso que o nosso Relator está desenvolvendo um trabalho extremamente profícuo, dialogando com as várias bancadas e, pouco a pouco, formatando aquilo que seria uma proposta.

Penso que devemos avançar nesse caminho mais cedo do que tarde. E não acho que devemos criar uma situação no tempo que nos impossibilite, eventualmente, ter mudanças em relação às eleições municipais de 2012, até porque, se formos considerar, por exemplo, a coincidência de eleições — uma das propostas feitas, que sinto que tem sensibilizado numerosos colegas —, a forma de mexer nisso, evidentemente, é alterar prazos, a partir das eleições municipais de 2012.

Então, eu acho que, por mais meritórias que sejam as audiências com a presença de personalidades de notório saber que nos venham aportar as suas experiências ou as audiências públicas em que teremos a possibilidade de manter contato com pessoas da população interessadas em debater o tema, precisamos começar a afunilar o nosso trabalho. Penso que o Relator está com a faca e o queijo na mão para fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Tem a palavra o Deputado Augusto Coutinho.



O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, quero fazer uma consideração. Apesar de termos ouvido, não de todos os que fazem parte desta Comissão, mas, principalmente, da mídia, que essa reforma não sai e que não vai chegar a canto nenhum, acredito que sim. Já disse isso e acho que ela é fundamental para o nosso País.

Quero só fazer uma ponderação. Na verdade, o que temos de ter como meta prioritária é a elaboração de uma reforma político-eleitoral para o País, e não regras para a próxima eleição. Se puder ser aplicada na próxima eleição, melhor, muito melhor, porque acredito que algo precisa ser mudado; mas, se não puder, acho que a Comissão pode pensar e fazer, sim, uma reforma política para o Brasil que seja aplicada daqui a 4 anos.

A Comissão tem de ter isso sempre como uma meta. Senão, ao final, com a pressa, vamos aprovar, mais uma vez, mudanças nas regras da atual legislação eleitoral, como sempre se vê, com erros cometidos por essas comissões.

Temos de ter qualquer projeto aprovado pela Câmara e pelo Senado até o final de setembro, e o tempo corre contra nós, não resta dúvida, pelo princípio da anualidade. Mas acredito que precisamos pensar, antes de qualquer coisa, que temos de apresentar para o Brasil uma reforma política. Se essa reforma política não puder ser aplicada agora, que seja aplicada depois. Essa é a minha opinião.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Cumprimento nosso Presidente e os colegas da nossa Comissão.

Tenho a impressão de que, fazendo aquilo que vai ser o nosso exercício quando votarmos o relatório, quando votarmos uma mudança no nosso sistema político, podemos tentar aproximar as necessidades que temos.

Eu, particularmente, Sr. Presidente, mantendo a sugestão do dia 14 — 1 semana, de repente, pode ser algo positivo — ou apresentando o relatório preliminar no dia 21, gostaria de propor à nossa Comissão e ao Presidente a manutenção deste ritmo. E digo por quê. Tenho algumas sugestões. Talvez possamos ouvir determinadas lideranças, cientistas políticos, etc. às terças-feiras e às quintas-feiras, se houver anuência da Comissão e do próprio Presidente.



Proponho que deleguemos ao Presidente que faça uma seleção, porque jamais vamos ouvir, evidentemente, todas as personalidades — cientistas políticos, representantes do movimento social — que poderiam ser ouvidas sobre um tema como esse. Poderíamos ouvir centenas de pessoas. Temos um conjunto de sugestões. Tenho total segurança de delegar ao Presidente a atribuição de fazer um calendário equilibrado relativo a esses convites. Devemos também intensificar as visitas que estamos fazendo aos Estados.

É lógico que, quando eu, como Relator, apresentar um relatório, isso abrirá um processo de discussão, em relação ao qual, aí sim, queremos ter mais calma. Queremos ter, por exemplo, 2 semanas para ouvir os colegas, debater, fazer um convencimento. Talvez, no primeiro relatório que eu apresentar, a partir do debate concreto com a Comissão, um ou outro ponto seja modificado. E o Relator pode modificar o relatório a qualquer tempo antes da votação. Então, entraríamos num processo mesmo de afunilamento, em cima de um relatório preliminar que colocará a Comissão, a meu ver, em outra dinâmica.

De fato, têm sido muito boas as reuniões com as bancadas. Quero agradecer ao Deputado Simão Sessim as palavras. Hoje também me reuni, Sr. Presidente, com o Bloco integrado, entre outros, pelo PRB e com um conjunto de pequenos partidos. Cada um deles tem a sua demanda. E está pré-agendada reunião com o PSDB, provavelmente para esta semana. Então, o assunto começa a ganhar corpo.

Na reunião que fiz de manhã com os partidos, Sr. Presidente, das 11 horas até 1 hora da tarde, havia uma resistência muito grande, o que é legítimo. Todas as posições são legítimas. Em se tratando de reforma política, não há como ter uma balança do certo e do errado. Há uma visão de cada partido, de setores da sociedade, e vamos buscar aqui a mediação possível que componha a maioria.

Havia uma crítica muito forte nesse grupo à ideia do fim das coligações proporcionais. Eu sustentei que me inclino para uma ideia, acompanhado de outras medidas, como a possibilidade de federação, como o fim do quociente eleitoral, só para citar um exemplo, eu tentava convencer os partidos de que haverá uma outra lógica de construção partidária dentro de um novo sistema.

Mas para isso se afunilar mesmo, só quando o relatório estiver à disposição dos colegas e começarem o questionamento, o apoio, a tentativa de mudança aqui



ou ali. Se apresentarmos o relatório, por exemplo, no dia 21, as audiências nos Estados podem ocorrer por mais 2 semanas. Se for apresentado no dia 21, imagino que a votação em si do relatório acontecerá 1 ou 2 semanas depois de um debate. Nós queremos que haja tempo para que os colegas discutam e ouçam as ponderações.

Tem razão o Presidente também quando fala da PEC, que terá um outro ritmo, porque nós estamos trabalhando para que se instale a Comissão o quanto antes. Tanto o Presidente como eu vamos ver se conseguimos instalá-la ainda nesta semana.

Há o prazo regimental para as emendas, etc., mas uma parte das mudanças não depende de emenda constitucional. Então, nós podemos, sim, do meu ponto de vista, no dia 14 ou no dia 21, como data indicativa, trabalhar com a ideia de apresentar o relatório preliminar, para dar esse outro momento à nossa Comissão.

De fato, seja para valer, em relação a algumas mudanças, para 2012, seja para garantir um sistema político, como disse o Deputado Augusto, melhor para o nosso País, em tantas eleições futuras que virão. Também sou da linha de, sem açodamento, acelerarmos o nosso passo, até porque as divergências vão aparecer no debate real, como hoje — lá a discussão foi muito boa, os partidos argumentaram que são contra o fim da coligação. Eu, como Relator, disse: *“Há uma maioria constituída na Casa a favor do fim da coligação, mas tenho preocupações com partidos de tamanho menor, e não de menor importância, e pretendo equilibrar com tal e qual medida”*. Assim partimos para um processo mais forte, de decisão.

Por fim, Sr. Presidente, reforço o pedido para as bancadas. Aqui estou vendo o Deputado Reguffe e quero pedir a S.Exa. que seja nosso ponta de lança na bancada do PDT. Já falei com o meu amigo Deputado Vieira da Cunha e conversei com o Deputado Giovani Cherini também. Acho isso importante. As reuniões com as bancadas estão sendo boas porque ali aparece mais a posição das bancadas.

Em última instância, nós, que estamos acostumados à democracia, temos de fazer as contas e saber que, se as bancadas A, B, C e D estão totalmente contra uma mudança, isso inviabiliza uma maioria. Tem-se, então, de buscar uma outra opção.

Essa é minha sugestão, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não sei se chegarei a um ponto comum, mas pretendo fazê-lo. Nós poderíamos, em vez de realizar duas conferências, na segunda-feira e na sexta-feira — há o 1º Vice-Presidente, o 2º Vice-Presidente, o Relator, outro Relator auxiliar —, agendar para um mesmo dia mais de uma conferência, a dos Estados. Poderíamos realizar duas numa sexta-feira. Eu estaria num Estado, e o 1º ou o 2º Vice-Presidente estaria em outro. Na segunda-feira, também poderia ser assim.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Em Estados próximos, poderia haver uma pela manhã e outra à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - O objetivo, na verdade, é que realizemos as audiências. Esse é o grande desejo.

Segundo aspecto. Quanto às audiências públicas, acho que podem ser realizadas também às terças-feiras, ou nas quartas-feiras e quintas-feiras, atendendo à ponderação do Relator quanto a esse ponto.

Terceiro aspecto. O Presidente, o Relator, os Vice-Presidentes, com a Secretaria da Mesa, podemos ver a agenda dessas audiências públicas e consultar aqueles que foram convidados e que puderem, de logo, marcar a data. A intenção é realizarmos audiências com eles. Quanto àqueles que, de forma reiterada, como tem acontecido, não têm disponibilizado a sua agenda, poderemos agradecer-lhes e dispensá-los. Há convidados que não têm agenda e ficam postergando. É evidente que temos de atender ao reclamo de todos.

Essa questão que diz respeito à eleição municipal, Deputado Augusto Coutinho, é extremamente importante. E o Deputado Alfredo Sirkis se referiu a esse aspecto.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Deixe-me aproveitar o gancho de V.Exa. com relação aos convidados. Por que não definir logo? Estou vendo na pauta de hoje: *“Deliberação de requerimentos”*. Não haveria mais requerimento de convite. Deixe para a Comissão Especial, se quiser ouvir mais alguém, ouvir depois. É uma sugestão. Não deveríamos mais deliberar sobre requerimento de convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A Comissão Especial pode fazê-lo.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Pode fazê-lo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Exatamente naquele período em que ela vai estar aguardando as emendas. Ótimo. Acho que todos nós, juntos, raciocinando em voz alta, chegamos a um bom termo.

Portanto, Deputado Alfredo Sirkis, entendo que tem razão V.Exa., no sentido de que devemos aproveitar este momento. Se há pretensão, senão quanto à elaboração de toda uma legislação para entrar em vigor na eleição municipal seguinte, pelo menos no que se refere àquela possibilidade de viabilizar a coincidência em 2018, que se vote a proposta para a disposição transitória, assegurando mandato para aqueles que forem eleitos em 2012.

Outro aspecto mencionado pelo Relator diz respeito às coligações. Eu também acho que, mantido para as próximas eleições, de 2012, o sistema eleitoral vigente, não havendo condição de alterá-lo (eu, particularmente, entendo que não teremos condições), seria uma perversidade, uma malvadeza (vou usar essas duas palavras) acabar com a coligação. No sistema de lista fechada preordenada, no distrital ou no distritão, a coligação se torna inócua. A coligação se torna inócua, ela não existirá. Mas limitar ou prejudicar os partidos menores, acabando com as coligações e deixando o resto como está, é uma malvadeza. Sinceramente, não dá para se fazer esse tipo de alteração e de proposta.

Também, lá na frente, vou discordar da história de cláusula de barreira. Eu não sou de um partido pequeno. Aliás, o meu partido é grandinho... Não concordo com essa história de cláusula de barreira, de criar dificuldade para aqueles que estão surgindo, nascendo.

Há também uma crítica — estou entrando no mérito, Deputado Reguffe, de outra questão, mas serei rápido. As pessoas falam assim: *“Ah, mas é preciso acabar com as siglas de aluguel, com esses partidos”*. Sim, mas eu não sei quem é que vai ter a competência para carimbá-los. Eu não tenho. Eu não tenho condições de carimbar quem é de aluguel e quem não é de aluguel. *“Ah, porque partido A é ideológico”*. Acho isso discriminação.

Se houvesse sido criada dificuldade para o surgimento de partidos, não se teria a possibilidade, hoje, de o Partido dos Trabalhadores estar na Presidência da República e com a maior bancada partidária na Câmara dos Deputados. Com toda a certeza, nasceu pequeno.



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Tinha cinco Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Cinco Deputados.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Ainda houve uma confusão, e expulsou três no fim da legislatura. Elegeu cinco, e expulsou três. Teve mais sorte que juízo esse partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - (*Riso.*) Se as senhoras e os senhores concordarem com aquela ponderação apresentada pelo Relator, com este acréscimo que fiz, atendendo a todos, eu poderei, com a Mesa, tentar preordenar essa agenda e apresentá-la ao Plenário na próxima sessão. Refiro-me a conferências e audiências públicas.

Com a palavra o Deputado Reguffe, para entrarmos no mérito da nossa sessão de hoje, vencida esta preliminar, na qual se salvam todos.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Obrigado, Sr. Presidente.

São vários os temas que são objeto desta reunião ordinária. Eu vou tentar apresentar a minha opinião sobre eles. Antes, porém, quero dizer que a reforma política foi um dos principais temas debatidos por mim durante a minha campanha eleitoral. Em várias reuniões domiciliares, em vários debates de que participei durante a minha campanha, discuti isso com as pessoas que votaram em mim e que me trouxeram a esta Câmara. Foram 266.465 eleitores. Dentre os assuntos para que fossem debatidos nesta Casa, a reforma política. O que vou apresentar agora foi debatido na minha campanha. Assumi o compromisso de fazer essa discussão aqui.

Primeiro, Sr. Presidente, a obrigatoriedade do voto. Eu sou um ardoroso defensor do voto facultativo. Além de mais democrático, ele melhoraria a representação política, valorizaria mais o gesto de votar, o ato de votar. As pessoas respondem assim: "*Ah, mas vai haver compra de votos*". Vamos combinar: compra de votos já existe. Já existe compra de votos hoje. O que é preciso é que haja fiscalização rigorosa por parte da Justiça Eleitoral. Ocorre uso da máquina administrativa, abuso do poder econômico e compra de votos no processo eleitoral.

O voto obrigatório, em minha opinião, desenvolve uma influência nefasta do poder econômico e propicia a eleição de candidatos que, às vezes, não apresentam



proposta nenhuma. Alguns, inclusive, dizem que não sabem nem o que um Deputado faz. Eu considero que o voto facultativo vai melhorar isso.

Talvez na primeira eleição muita gente deixe de votar, talvez também na segunda, mas, na terceira, as pessoas vão pensar: *“Não, eu estou me omitindo. Eu tenho responsabilidade nisso”*. Eu acho que essa medida vai valorizar o gesto de votar. As pessoas falam assim: *“Ah, e se só 10% votarem? Que legitimidade tem uma eleição em que somente 10% votam?”* Eu então pergunto: *“O que é mais legítimo, uma eleição em que, para radicalizar, só 10% votam, mas que querem exercer esse gesto, ou uma eleição em que 100% votam, sendo que boa parte desses votam sem fazer a devida reflexão sobre a relevância desse gesto?”*

A segunda questão, Sr. Presidente, é a das reeleições. Eu advogo o fim da reeleição para cargos executivos. Sei que sou minoria quanto a essa tese. Eu advogo o limite de uma única reeleição para cargos legislativos, para que o sistema seja constantemente oxigenado, renovado, para que se dê chance a outras pessoas, a mais gente. Seriam respeitados, claro, os direitos adquiridos, ou seja, a medida valeria a partir de 2014.

Eu considero que isso seria importante. Quando a pessoa fica muito tempo em um cargo, ela começa a incorporar os vícios da pessoa jurídica daquele cargo. Claro, há exceções, mas, quanto mais oxigenado for o sistema político, melhor para esse sistema, em minha opinião.

Por último, Sr. Presidente, um tema conexo também com os assuntos de hoje, tema esse que eu também advogo. Se um membro do Poder Legislativo decide ir para o Poder Executivo, ele tem que renunciar ao seu mandato, pois ele pediu da população uma procuração para defendê-la naquele cargo legislativo.

Eu não estou propondo nada de inovador. Nos Estados Unidos, quando o Presidente Barack Obama convidou Hillary Clinton para ser Secretária de Estado, em função equivalente à de Ministro das Relações Exteriores no Brasil, ela teve, para assumir esse cargo, que renunciar ao Senado, pelo Estado de Nova York.

Nossa Constituição Federal é parlamentarista, dentro de um regime presidencialista. O regime em que os Parlamentares formam o governo é o regime parlamentarista. O regime presidencialista — a Constituição Federal é clara — exige



independência dos Poderes. Não pode uma pessoa estar, num dia, no Poder fiscalizador e, no dia seguinte, no Poder fiscalizado e vice-versa.

Não se perguntou ao eleitor se ele concorda com que a pessoa que foi eleita para o Poder Legislativo vá para o Poder Executivo. Muitas vezes se usa isso como barganha, principalmente em cidades pequenas e nos Estados, para que o Governador e os Prefeitos façam a sua maioria parlamentar. Eu considero que o Parlamentar deveria renunciar ao mandato caso decida ir para o Executivo. Tem o direito de ir, mas deveria renunciar ao mandato, até porque não foi esse o combinado com o eleitor, a quem o candidato pediu uma procuração para representá-lo.

Por último, eu quero destacar a seriedade e a educação do Relator, o Deputado Henrique Fontana, que sempre é muito receptivo às ideias e tem feito um trabalho com absoluta seriedade. Quero dar esse testemunho aqui. S.Exa. tem ouvido todos os Parlamentares, com toda a educação e paciência.

Agora, queria fazer apenas um alerta. Eu estou sentindo, Deputado Henrique Fontana...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Deputado Reguffe, eu fiz uma brincadeira com o Presidente e quero partilhá-la com o Plenário. Disse que a coisa pode esquentar mais quando eu divulgar o primeiro relatório. Agora está todo o mundo na preliminar, mas, quando o Relator fizer essa divulgação, começa a se desgastar.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Mas não vai deixar de nos tratar com seriedade e com educação.

Eu queria apenas fazer um alerta. Eu estou sentindo que o relatório de V.Exa. está caminhando para o sistema que existe, por exemplo, na Bélgica, que é um sistema de voto flexível, de lista flexível. Eu quero apenas ponderar — aliás, isso foi dito aqui numa audiência pública — que existem países, se não me engano, a Escócia, onde há Deputados eleitos por dois tipos de sistema. O Deputado que é eleito pelo voto popular chega com mais legitimidade do que aquele que é eleito pelo voto em lista. Às vezes, esses são alvo de chacota: *“Ah, você não foi votado”*.

Nós temos que ter cuidado para não criarmos duas classes de Deputados, uma que teve o respaldo popular e a legitimidade popular e outra que pode ter a



legitimidade institucional e legal, mas que muitas vezes não vai ter o amparo da coisa mais democrática que existe: o voto popular. Queria apenas fazer esse alerta que considero importante.

Em suma, esta é a minha posição, Sr. Presidente: sou favorável ao voto facultativo, sou ardoroso defensor do voto facultativo, que seria uma revolução na nossa representação política, melhoraria muito a nossa representação política; defendo o fim da reeleição para cargos executivos e o limite de uma única reeleição para cargos legislativos; defendo que um Parlamentar, quando for para o Executivo assumir um Ministério ou uma Secretaria de Estado, tem que renunciar ao seu mandato — ele tem o direito de ir, mas tem que renunciar ao mandato, porque não pode pertencer a dois Poderes, ao fiscalizador e ao fiscalizado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a manifestação de V.Exa.

Eu me encontro inscrito. Em se tratando de debate não deliberativo, mantenho-me na presidência e faço uso da palavra para o debate de mérito.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, quantos Deputados estão inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - No momento, apenas eu.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Eu queria me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Está inscrito.

Em primeiro lugar, tempo de mandato e reeleição, data de posse e obrigatoriedade do voto. Começo pelo mais amplo, obrigatoriedade do voto.

Quero apenas emitir a minha opinião, embora sem estabelecê-la de forma ardorosa e apaixonada, como tenho feito em relação a outros temas, acerca da obrigatoriedade. O meu pensamento é divergente do de V.Exa. e tomo por base princípios da Teoria do Estado, que mostra claramente que o Estado é uma necessidade do cidadão, do ser humano, por se caracterizar impossível que viva fora dele. O Estado, enquanto poder, estabelece os princípios e as normas do relacionamento entre as pessoas. Se nós tivéssemos que viver sem as normas de conduta, sem as normas jurídicas — eu não me refiro às normas de ordem social, às



normas de etiqueta, às normas morais, eu me reporto exatamente às normas jurídicas —, não teríamos como viver em sociedade.

Como seria o trânsito em qualquer cidade deste País sem o Código de Trânsito Brasileiro? Como seria a relação de vizinhança sem as normas do direito de vizinhança, do direito de propriedade, dos direitos reais, do direito sobre as coisas.

Há também o fato de se dizer que o Estado não cumpre a finalidade primordial de assegurar a felicidade ao povo. Isso deve ser visto como um fim, como um objeto a ser alcançado, e basicamente sem limite, porque eu acho que a vida deve ser assim. Não pode haver limites na busca do desenvolvimento, na busca da felicidade. A vida deve ser sem limites.

Com isso, eu quero dizer que o cidadão em sociedade é protegido pelo Estado. Alguém pode dizer, com razão, que há Estado que protege mais e outro menos. Há Estado que assegura a seus concidadãos melhores condições de vida, melhores regras de relacionamento. É verdade. Só que eu não posso enxergar o Estado apenas como o ente que dá, que garante, que assegura, até porque ele representa a sociedade organizada. E nesse caso vejo uma interrelação, uma relação de mão dupla. E o cidadão passa a ter responsabilidades diante do Estado. Ele deve ter obrigações para com o Estado e diante dele. Pagar tributos é uma obrigação, é um dever. E o cidadão, já que não pode viver fora do Estado, precisa se manifestar para dizer como deseja ver e ter o seu Estado gerido, administrado, governado.

Para mim, o voto é um direito-dever, uma obrigação, é a correlação do cidadão para com o Estado e para com a sociedade. O cidadão precisa contribuir, opinar, votar e se manifestar. Não pode haver esse alheamento. E mais: assegurar a ele essa omissão como se fosse direito.

Portanto, mais por uma visão filosófica de teoria política do Estado, considero o voto uma obrigatoriedade tanto quanto a obrigatoriedade de pagar tributos. Sinceramente, eu sou completamente contrário ao voto facultativo.

Quanto à questão da reeleição, alguém já disse aqui, e com muita propriedade, salvo engano, o Ministro Ricardo Lewandowski, que nós não queremos, não desejamos derrubar a Casa, apenas fazer uma reforma.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Claro.



O SR. DEPUTADO REGUFFE - V.Exa. falou em alheamento. Esse alheamento já existe. E o pior, com reflexo na composição da representação política. Eu acho que nós poderíamos fazer uma experiência com o voto facultativo. Vamos experimentá-lo. Eu acho que isso melhoraria a representação política. É apenas uma observação que eu considero importante. Eu acho que esse alheamento já existe hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu não sei se entendi bem. Eu havia me referido a alheamento, de alheio, de distante, de não se envolver.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Exatamente. Foi o que eu disse, alheamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Isso. V.Exa. me fez lembrar que às vezes o não ir votar é o desejo de manifestação de contrariedade. Mas a contrariedade pode ser manifestada com o voto em branco ou nulo. Eu acho que é não contribuir com o exercício da cidadania. Eu acho que é um ensinamento não adequado.

Voltando ao tema reeleição, eu faço coro ao reafirmar ou a afirmar, como outros já o fizeram, que o que nós estamos precisando é de uma reforma. Será que ao longo dos anos nós não construímos nada de valor? Eu acho que sim. E nem tudo precisa ser mudado. A reeleição é um dos exemplos.

Em relação à reforma, eu tenho tido o cuidado de colocar em mente a seguinte orientação — eu procuro enxergar este norte: nós estamos tratando de reforma eleitoral, de processo eleitoral. Nós só estamos discutindo eleições, processo eleitoral, reforma eleitoral, porque o nosso País é uma democracia. Se o Brasil fosse um Estado totalitário, não se falaria em eleição nem em reforma eleitoral.

Pois bem. Nós vivemos numa democracia e queremos reformar instrumentos do exercício dessa democracia. Mas qual é o princípio fundamental da democracia? É o respeito à vontade popular, o exercício da soberania. Ela se dá pelo exercício dessa vontade das pessoas. Quando nos referimos à Constituição, que diz que o poder emana do povo, está ali o princípio da democracia.

Então, eu sempre tenho como norte o seguinte: tal proposta visa ampliar, melhorar, qualificar ou diminuir, retroceder, o exercício da vontade da soberania



popular? Na primeira hipótese, eu já tenho o balizamento do meu comportamento. Isso aqui visa ampliar a democracia? Sim. Melhorá-la, qualificá-la? Sim. Eu sou favorável. Isso aqui visa diminuir, apequenar a democracia, limitar a vontade do povo? Sim, isso diminui. Então, isso aqui para mim não serve. O meu norte é exatamente esse outro. Pois bem, eu tomo isso como parâmetro, como exemplo.

A reeleição é um direito do povo de reeleger aquele que ele entende que faz um bom governo. Logo, qualifica, aprimora, respeita a vontade dele. É que a democracia também diz que uma democracia sem alternância de poder é um tanto complicada. É preciso analisar com profundidade o que acontece naquele Estado, se é de fato uma democracia ou um totalitarismo disfarçado de democracia. Nós já tivemos muitos assim na história. Aliás, certa vez, o Presidente Lula visitou um país da África, não me recordo qual, e havia lá um presidente que estava há 35 anos no poder por reeleição. O Presidente até, com o seu perfil de bom humor, disse que gostaria até de aprender como permanecer 35 anos no poder pelo processo da reeleição. Evidentemente, ali é totalitarismo.

Então, eu vejo a reeleição como um direito do cidadão, do eleitor. Tanto ele tem reeleito quanto derrotado. Quantos e quantos Governadores estão aí, derrotados no processo da reeleição? No Rio Grande do Sul não se reelegeu nenhum Governador. E Prefeitos, são inúmeros.

Bom, mas aí algumas pessoas dizem o seguinte: *“Reeleição é o uso da máquina”*. Não, gente, reeleição é instituto de respeito à vontade soberana do povo de reconduzir o cidadão para um novo mandato. Uso da máquina é abuso do poder. Então, o defeito está no abuso do poder político, econômico. Este, sim, é quem deve ser atacado, atingido, e não a reeleição.

Portanto, se isso fosse uma máxima verdadeira, de que aquele que vai para a reeleição consegue se reeleger..., mas não é assim. Aliás, eu tenho exemplos, no meu Estado — eu acho que já disse isso aqui —, interessantíssimos, de Governador que fez uso da máquina para eleger um seu companheiro e conseguiu elegê-lo, mas, quando ele era Governador, pleiteou a reeleição e não conseguiu se reeleger.

Portanto, por que colocar na lata do lixo, fora, aquilo que está dando certo? Eu não sou a favor de acabar a reeleição; eu sou a favor da reeleição, da sua manutenção. Por conta disso, não sei por que essa novidade de tempo de mandato.



O tempo de mandato é de 4 anos, com direito à reeleição. Para Senador, mantém-se o mandato de 8 anos, com renovação de 4 em 4 anos, do mesmo jeito que aí se encontra.

Quanto à data da posse, realmente ela é inconveniente, mas não vejo como um tema para se gastar muito tempo em discussão. É exatamente estabelecer datas próximas entre uma e outra, mas não coincidentes, e também não no Dia da Confraternização Universal, 1º de janeiro.

Concluí. Com a palavra, portanto, o Deputado Augusto Coutinho.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria fazer uma breve participação e externar uma opinião pessoal. Eu acho que hoje muito se fala sobre a reeleição, que é importante acabar com a reeleição, que se usa a máquina. E eu concordo integralmente com o que disse V. Exa. Acho que não é uma questão de se usar a máquina, porque, se alguém usar a máquina, usará para si ou para quem indicar. Eu já vi muitos casos de prefeito usar deslavadamente, descaradamente, a máquina pública para eleger seus aliados políticos, ou, muitas vezes, quando se chega ao interior, as pessoas que ele coloca como de total confiança, nem é quem, eleitoralmente, se o Prefeito é muito forte, muito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Às vezes, até o gerente da fazenda dele.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Exatamente. Eu já vi muitos casos de motorista.

Então, eu acho que, até hoje, nada me demonstra que a reeleição foi um mal. Pelo contrário, eu acho que a gente teve a reeleição...

Eu digo isso, Sr. Presidente, e eu sou oposição em todas as situações: no meu Estado, na minha cidade e aqui no Governo Federal. E não sou oposição há pouco tempo. E acho ruim ser oposição; preferia ser governo. Mas não me convence em nada a afirmação de que a reeleição não tenha sido bom para o Brasil. Eu acho que o episódio da reeleição foi bom, dá-se mais tempo para se trabalhar e fazer um projeto, desenvolver um projeto, e, na verdade, fica a critério do povo a avaliação.

Eu queria também trazer outra colocação. Concordo com o Deputado Reguffe quando ele fala da renúncia do mandato para se concorrer a um outro cargo. Acho



que isso é importante, sim. Se se tem a delegação do povo para exercer um mandato, ou se cumpre o mandato, ou, se não vai cumpri-lo, que renuncie. Eu concordo com isso; acho que, inclusive, V. Exa. deveria apresentar essa emenda aqui, no momento oportuno. Já protocolou, e eu acho que isso é uma coisa importante, sim.

Eu acho que a gente precisa fazer com que as pessoas tenham o respeito com o eleitorado. Se alguém for eleito para determinado mandato e não for exercê-lo, que dê oportunidade a outra pessoa de exercê-lo, e não que tenha a prerrogativa disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu quero me somar a essa tese também, Reguffe. Acho que ela á procedente.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Só um comentário: quando o Deputado Reguffe fala do limite de mandatos legislativos, eu discordo. Eu acho que um mandato só... Por exemplo, este é meu primeiro mandato de Deputado Federal, como o de V. Exa. também. E, quando se chega a uma Casa dessas, vê-se que é uma Casa muito plural, para que se conheça. E eu já tenho três mandatos de Deputado Estadual e dois de Vereador do Recife.

Na verdade, muitas vezes — assim o fiz na minha vida — eu me dediquei à política como uma profissão. Eu só faço política na minha vida, eu me dedico integralmente à política e, de fato, faço isso como uma opção de vida. E, na verdade, ao se limitar, eu não sei se nós poderíamos cair no erro de, muitas vezes, não estimular as pessoas que de fato querem fazer política como a boa política deve ser feita.

Eu não tenho conhecimento de que haja esse mecanismo de limitar em nenhum país relevante do mundo. Pelo contrário, onde há democracias consolidadas, a tendência, geralmente, é que a renovação não seja tão acentuada.

Eu respeito o pensamento de V.Exa., mas acho que, em muitas ocasiões, o fato de se ter a reeleição... Quando se diz muito que Deputado não trabalha, eu digo: *“Quem não trabalha não volta”*. Muito raramente um Deputado que não trabalha volta a esta Casa, porque aqui se trabalha muito, trabalha-se demais. Eu, pelo menos, trabalho demais. Neste momento, estou participando de três Comissões e ainda tenho de ir ao Plenário.



O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Deputado Augusto, quando me perguntam por que eu tenho nove mandatos, qual é a fórmula, eu digo que a fórmula é exatamente esta, é trabalho. Quem não trabalhar não volta, é verdade.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Exatamente. É uma dedicação completa. Quem, de fato, quer se dedicar à política trabalha aqui a semana toda e, quando chega à sua base, novamente tem que viajar, que ouvir, que receber as pessoas.

Então, na verdade, eu acredito muito nisso. Apesar de, lamentavelmente, haver muitos casos que denigrem a nossa classe política, por outro lado muitas pessoas dedicaram sua vida e prestaram relevantes serviços a este País.

É uma observação, Sr. Presidente. Eu acho que essa questão da data da posse, pelo que eu entendo, é mais ou menos unânime, porque é uma data...Eu não sei se existe algum limite, do ponto de vista legal, ao prazo do mandato. Ou seja, se a posse for variável, não sei se o mandato de 4 anos passa a não ser de 4 anos, passa a ser de 4 anos e alguns dias. Eu não sei se existe alguma limitação do ponto de vista jurídico. Eu não sou advogado, sou engenheiro, não sei se existe isso. Mas é comum, em todo lugar, dizer-se que essa data da posse é completamente inconveniente e que deveria ser mudada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Augusto Coutinho, quanto a essa questão, eu me recordo da apresentação de uma proposta que fiz no Senado, em 2003. Numa disposição transitória, para haver essa alteração, haveria a necessidade de uma mudança lá, de diminuição, inclusive, do mandato, em dias: 5 dias, 10 dias, 15 dias, se a posse é municipal, estadual ou no plano federal. Mas apenas para aquele mandato seguinte, iríamos encurtar o mandato em 5 dias, 10 dias ou 15 dias, dia 5 de janeiro, dia 10 de janeiro, dia 15 de janeiro, na hipótese da coincidência das eleições. Nos anos seguintes, haveria equilíbrio, porque, se V.Exa. tomou posse no dia 5, o seu mandato iria até o dia 5, 4 anos depois. Aí, tudo se ajustaria.

Se na vez anterior pedi aquele aparte para também corroborar e concordar com o Reguffe, nessa questão que V. Exa. é contra, a da limitação dos mandatos, eu também me posicionei contrário, porque eu faço aquele exercício do norte que eu



sempre busco, e isso é limitar e penalizar o eleitor e o eleito; ele só vem porque o eleitor deseja que ele venha.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Deputado Reguffe, eu respeito integralmente o pensamento de V.Exa., mas, muitas vezes, isso inclusive pode passar até a ser usado de uma forma pouco nobre, ou seja, se não for mais possível se reeleger, alguém pode colocar algum candidato seu para se eleger, enfim,...

Na verdade, tudo aqui é válido. Eu acho que esta Casa é plural...

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Por isto é que esta Casa é boa, é democrática.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Exatamente, é verdade.

Eram só essas colocações, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sr. Presidente, tenho falado sobre a questão do sistema eleitoral, e agora há essas outras questões que são não menos relevantes.

Então, eu começaria dizendo que sou favorável a uma coincidência de eleições nacionais, estaduais e municipais. Dentro de um ano eleitoral, dentro de um prazo de mais ou menos 2 meses, 3 meses, poderíamos, por hipótese, ter uma primeira eleição para Presidente da República, Deputados Federais e Senadores, um primeiro turno, no caso, na eleição presidencial; passados 20 dias, uma eleição para Governador e Assembleia Legislativa; passados mais 20 dias, uma eleição para Prefeitos e Vereadores, e, passados mais 15 ou 20 dias, um segundo turno de todas as eleições.

Penso que, nesse cenário, deveríamos ter mandatos de 5 anos e concordo com o Deputado Reguffe. Penso que a reeleição para cargo executivo é uma criação recente da política brasileira — todos se recordam da forma casuística como isso aconteceu no primeiro Governo do Presidente Fernando Henrique, com uma série de denúncias, uma série de situações —, e, na verdade, quase 80% dos candidatos a Presidente, Governador e Prefeito têm sido, de fato, reeleitos.

O que aconteceu, que V.Exa. referiu, no Rio Grande do Sul, é uma exceção à regra, e não a regra. E penso que a possibilidade de continuidade administrativa não



está necessariamente vinculada à reeleição, e a não reeleição permite mais flexibilidade, mais renovação na vida política brasileira.

Em relação à questão do voto, contrariando inclusive — e discuti muito isso — o programa do meu próprio partido, eu sou contrário ao voto facultativo. E vou explicar por quê. Penso que em teoria ele é muito bonito. Na prática, ele produz governos instáveis, pouco representativos, eleitos num universo de participação de 30%, 40% dos eleitores, como vem sendo o caso, por exemplo, na Venezuela, na Colômbia, dois países com problemas de instabilidade, e mesmo nos Estados Unidos, onde 30% dos eleitores norte-americanos, ou um pouco mais do que isso, participaram, por exemplo, da eleição do Bush.

Então, no caso do Brasil, penso que, ao contrário do que se imagina, isso beneficiaria os setores mais atrasados do eleitorado. O voto de opinião, a classe média, que se irrita com frequência com os seus representantes — uma notinha de jornal mal colocada pode representar uma grave irritação desse segmento do eleitorado — possivelmente não votaria como sinal de protesto, iria à praia, como já aconteceu até no nosso contexto atual. Agora, os currais eleitorais, a turma dos centros assistenciais, a turma dos currais rurais e urbanos, a turma da compra de voto, esses conseguiriam levar massivamente os seus eleitores às urnas, e teríamos, ao mesmo tempo, o produto de uma eleição com a participação de uma minoria do eleitorado. Nessa minoria, se mantivermos o sistema político atual, predominaria de fato esse tipo de voto. A tendência do voto de opinião é se diluir e diminuir cada vez mais, sobretudo nessa hipótese.

Penso também que...

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - V.Exa. me concede um aparte sobre essa questão?

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sim.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Eu concordo com V.Exa., inclusive porque uma coisa que me preocupa muito hoje, no atual sistema brasileiro, é a compra do voto. Ela existe. Ela existe, sim. Ela existe e é real. Eu acho que hoje a multa que se paga muitas vezes por não votar é de um custo mínimo, que me parece não chega a 3 reais. Na verdade, muitas vezes as pessoas



não deixam de votar simplesmente para não ter a obrigação de ir depois ao tribunal, ou qualquer coisa desse tipo, para ter a comprovação da votação.

Então, eu acho que, como dever cívico de cidadão, nós devemos, sim, participar de um momento democrático que o País nos proporciona. E eu acho inclusive que nós devemos participar para podermos reclamar.

Era só isso.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Concordo com V.Exa., inclusive em relação a essa última argumentação. Eu penso que o cidadão tem direitos e deveres. E acho que isso nos tempos modernos às vezes é escamoteado. O cidadão tem o direito de cobrar, deve reclamar, deve se mobilizar, deve xingar o seu representante, deve cobrar. Agora, ele tem certos deveres também, e um desses deveres é justamente votar para que as eleições sejam as mais representativas possíveis. Então, esse dever de fato é importante.

Em relação às eleições legislativas, penso que se poderia estabelecer um certo limite, mas não vejo que seja de dois mandatos. Eu vejo tanto no Congresso brasileiro quanto a experiência de Congressos pelo mundo afora — penso, por exemplo, no Senador Edward Kennedy — que a atividade parlamentar é compatível com a longevidade parlamentar.

Não penso que no Executivo evidentemente se repita essa recomendação. No caso do Executivo, sou contra a reeleição, embora seja favorável a um mandato um pouco mais longo, porque a verdade é que no nosso País, do jeito que está, com essa coisa de se votar de 2 em 2 anos, todos aqueles que têm alguma experiência de governo sabem que, na verdade, nós governamos praticamente 9 meses no ano ímpar. Não conseguimos governar direito, isentos de condicionamentos, pressões e constrangimentos ou mais do que isso.

De fato, no nosso sistema, em que o voto é personalizado, vota-se na pessoa; não se vota na proposta, não se vota no partido, não se vota no programa. Na minha opinião, política não é uma profissão, é uma representação. Então, no nosso sistema, de fato, tornou-se uma presa de guerra uma quantidade muito grande de cargos comissionados. Não me refiro apenas ao Executivo, mas o político tem cargos comissionados no próprio Executivo. E as eleições não se dão no quadro de



um corpo estável de técnicos do aparelho de Estado, que, independente do Governo, estão ali e conformam a espinha dorsal da função pública.

Infelizmente, embora nós tenhamos esses técnicos, esses quadros da função pública, a quantidade de cargos comissionados e as mudanças são tão grandes, a partir do resultado de um determinado processo eleitoral, que isso de fato mexe na própria estabilidade do serviço público. E, a partir do momento em que se aproxima o ano par, que é o ano eleitoral, passa a haver um grande envolvimento de todas aquelas pessoas que estão ali na máquina pública exercendo cargos comissionados, já pensando o que será delas ao final do ano ímpar.

Depois, existe uma série de condicionamentos legais e um certo tom de oposição. A Oposição pode ter um tom no ano ímpar, que é um tom, de fato, de fiscalização, equilíbrio, concorda com isso, discorda daquilo, e, na medida em que o processo eleitoral se aproxima, realmente a boa-fé começa a desaparecer do discurso político e passa a existir a necessidade de se fazer um tipo de oposição bastante radical, que possa render dividendos eleitorais no ano par.

Então, por todas essas razões, e concluindo, eu sou favorável a 5 anos de mandato, coincidência de todas as eleições dentro de 1 ano, do quinto ano, grupadas em 2 meses, 3 meses. Sou favorável a que nos encargos legislativos possa haver mais de dois mandatos e penso que, embora soe e até o meu partido defenda o voto facultativo como o mais democrático, na prática, na realidade, parece-me que ele seria um instrumento desestabilizador da participação eleitoral. Hoje o voto é praticamente facultativo. Na verdade, você pode justificar o voto, pode comparecer depois para acertar. Então, não há grandes embaraços para uma pessoa que não vote. Mas, se houver a sinalização numa nova lei, nós sinalizarmos de que há uma liberalização dessa questão ainda maior do que a que já existe, a tendência é nós termos uma deserção do eleitor, sobretudo se for um domingo de sol, um dia bonito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Com a palavra o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Boa tarde a todos!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero primeiro registrar o êxito obtido ontem na audiência pública regional realizada em Minas Gerais, a repercussão enorme da



audiência pública realizada ontem, em Minas Gerais, transmitida através da *TV Assembleia*. Houve um volume enorme de comentários. À noite estive com vários participantes. Foi, sem dúvida nenhuma, um ponto importante essa dinâmica de audiências públicas.

Eu acho que nós estamos vivendo um novo momento. Foi importante essa etapa, esse processo, esse método escolhido aqui pela Câmara, considerando que o Congresso já discutiu várias vezes esse sistema de fazer uma nova rodada com a sociedade — e eu vou exemplificar quando falar da obrigatoriedade do voto —, mas eu sinto, particularmente, que nós estamos chegando a um momento de amadurecimento e até de saturamento. Eu me sinto já repetindo argumentos.

Então, eu acho que na verdade nós estamos aqui treinando — como diria o Neném Prancha: *“Treino é treino, jogo é jogo”* —, e, na hora em que o Relator apresentar o seu relatório, no dia 10 de junho, aí nós devemos afunilar para o processo decisório, para o processo de negociação política.

Eu acho que foi muito importante essa etapa de consultas, de interação com a sociedade civil organizada, mas eu creio que já está emergindo agora um tempo maduro para que possamos deliberar e afunilar, considerando muito aquilo que o ex-Deputado Ibsen Pinheiro disse, sem pressa, querendo, na verdade, fazer benfeito, sem necessidade de correr obrigatoriamente para implantar uma reforma se não houver consenso suficiente já para o ano que vem. O importante é fazer a reforma necessária.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sim.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Apenas quanto à observação de V.Exa. com relação à audiência pública de ontem em Belo Horizonte, eu queria saudá-lo, cumprimentá-lo e dizer que realmente foi um evento importantíssimo para todos nós. Quero saudar V.Exa. pela participação no evento, presidido pelo Deputado Almeida Lima, com a participação daquela Comissão que tem a Assembleia Legislativa, e eu acho que essas contribuições têm sido extremamente úteis.

Eu acho que esse critério que nós estamos adotando de ouvir a sociedade em diversos pontos dá a todos nós, àqueles que estão presentes — e aí há todo um



trabalho da Taquigrafia que poderá constatar —, àqueles que nos acompanham pela Internet, a oportunidade de participação. A audiência de ontem foi vista no meu Estado por algumas pessoas que sabiam da realização do evento naquele instante. Então, eu quero dizer que também considero importantíssima a realização dessa reunião no seu Estado e saudar, parabenizar V.Exa., que teve a iniciativa da indicação.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu agradeço, então, ao Deputado Edinho.

Para mostrar como essa dinâmica está sendo importante, na questão da obrigatoriedade do voto o Ministro Lewandowski quase me convenceu. Eu praticamente saí daqui convencido de que o caminho seria o voto facultativo. Ele, ao caracterizar claramente que as penalizações são muito irrelevantes e que o mecanismo de justificativa do voto não dá muito trabalho à pessoa, disse que, na prática, o voto já era facultativo.

Eu saí mais ou menos pensando nisso. Aí fiz uma reunião com os cientistas políticos, no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Juiz de Fora, e descobri, para a minha surpresa, que todos os cientistas políticos, em geral, são contra o voto facultativo: por um lado, um pouco pela dimensão dessa dualidade entre direito e dever que foi mencionada aqui; por outro lado também, os estudiosos no assunto consideram o voto obrigatório uma das maiores ferramentas de inclusão social. É onde, em um país de diferenças abissais entre pessoas, regiões e classes, o fato de estar todo mundo dentro do mesmo sistema, isso tem um caráter inclusivo e profundamente democrático.

Então, eu, apesar de o Ministro Lewandowski quase ter-me levado à defesa do voto facultativo, ouvindo o cientista político, recuei e me convenci de que não seria uma boa para a democracia brasileira nós tornarmos o voto facultativo.

Quanto à reeleição, são aspectos periféricos, mas são importantes, em qualquer sistema poderão ser adotados. Mas tenhamos claro o seguinte: a reeleição para a população não é um problema. Nós problematizamos — eu sempre defendi mandato de 5 anos —, mas para a população isso não é problema. Está provado que governo bom fica.



Eu acho que a reeleição para Presidente da República não é necessariamente ruim, mas eu vejo um problema na reeleição nos pequenos Municípios. Está acontecendo uma dinâmica perversa: primeiro, o uso da máquina. Como não há mecanismos de opinião pública, de controle social, imprensa livre, Ministério Público presente, os diversos mecanismos de opinião pública exercendo controles, na pequena cidade o poder de quem está na máquina é desproporcional, nos Municípios abaixo de 10 mil habitantes. Por outro lado, está acontecendo a dinâmica perversa, em que o Prefeito se reelege e não quer fazer o sucessor, por contraditório que possa parecer. Ele olha para o companheiro e diz assim: *“Se esse cara se der bem... Ele é até bom, mas ele vai ficar 8 anos, e eu vou ficar na “geladeira” 8 anos. Então, é melhor a Oposição ganhar para eu voltar daqui a 4 anos”*.

Então, você areja a vida nos pequenos Municípios e está criando uma dinâmica que eu não acho interessante. Talvez para Presidente e Governador o povo não tem mostrado... Tanto que ele reelege os governos. Então, é uma questão que nós temos que avaliar bem. Se finalizarmos com o instituto da reeleição, eu acho que o mandato deveria ser de 5 anos, porque 4 anos é muito pouco. Quatro anos seria ideal, se continuássemos com a reeleição.

Eu não acredito nessa questão de números, de limitar o número de mandatos legislativos. Você ganha em renovação e perde em experiência. É muito importante esse *mix* entre renovação e experiência. Eu procurei conversar com vários Deputados de cinco ou seis mandatos aqui, para colher um pouco da experiência. Eu acho um pouco de arrogância nós, novos aqui, querermos achar que a novidade pela novidade é bom em si. Não, eu acho que deve haver um mecanismo de oxigenação, mas a experiência de alguns que estão aqui há cinco, oito ou dez mandatos é muito importante.

E, por último, vemos essa questão da coincidência do mandato. Nós devemos trabalhar uma ideia intermediária entre o atual sistema, que paralisa o País de 2 em 2 anos, que cria uma dinâmica perversa e cara, para a ideia de um ano eleitoral, mas não tão intenso quanto o que Deputado Sirkis mencionou. Ninguém aguenta quatro eleições de 20 em 20 dias.

Eu tenho uma preocupação: alguns defendem de cabo a rabo nós verticalizarmos e fazermos tudo num dia só. Eu acho isso perverso também, do ponto de vista de



nacionalizar a eleição local, porque, na verdade, está-se escolhendo um gerente para cuidar do lixo, das crianças na escola, do posto de saúde, da vida cotidiana, com questões macroeconômicas, de relações internacionais. Então, ou mediocrizamos, localizamos ali a eleição nacional, ou fazemos o inverso.

Então eu acho que deveria ser um ciclo, que poderia ser: os Governadores, os Deputados Estaduais, Prefeitos e Vereadores, vamos dizer, em maio, e lá, em final de outubro, faríamos as nacionais, Senadores, Deputados Federais e Presidente da República. Eu acho que sempre as nacionais devem vir depois, porque senão fica aquela chantagem: o Prefeito tem que ser amigo do Presidente... Deixemos o povo se pronunciar livremente sobre o seu Município, com o foco no Município, e depois decide. Mas não assim, não a coincidência absoluta, que eu acho que não daria certo. Além de ser um volume de decisões muito grande para a população, ia misturar alhos com bugalhos. Eu acho que não é correto misturar assuntos tipicamente locais. Nós tivemos uma experiência em Belo Horizonte, onde fizemos uma aliança PT, PSDB e PSB, que foi inusitada e teve repercussão no Brasil inteiro, mas por razões do que estávamos pensando que seria melhor para a população de Belo Horizonte, não pensando na próxima eleição nacional.

Então, são essas as contribuições.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Só quero aproveitar a oportunidade. Com relação à questão da coincidência de mandatos, há a tese de que fica muito caro fazer eleições de 2 em 2 anos e há a questão administrativa, porque o País para no ano das eleições.

Com relação a esse interstício de 6 meses que V.Exa. coloca, contrariando o Deputado Sirkis, que faria de 20 em 20 dias, aqueles que falam com relação ao custo da campanha, dizem o seguinte: se for de 6 em 6 meses, a questão de custo não estará eliminada. Vai-se continuar tendo uma campanha cara. Então, está difícil buscar uma solução. Eu estou tentando também refletir sobre essa questão para encontrar uma solução. Então, eu estou achando o seguinte: ou faz-se no sábado e no domingo, portanto, sábado e domingo, votação em primeiro turno, e aí, dividindo, portanto, coincide. Mas aí há a questão do debate.

Hoje, com a eleição de Governador e Presidente da República, qual é a sua visão, no seu Estado? A impressão que eu tenho é que a eleição ficou



nacionalizada. Discutiam-se muito mais os debates nacionais do que os debates estaduais; muito mais os programas nacionais do que os programas estaduais. Eu acho que nós já vivenciamos essa realidade.

Portanto, é uma questão muito difícil. Quanto mais se debate, mais dúvidas existem, mais incertezas para que se possa fazer uma mudança da realidade atual.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma intervenção, rapidamente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Concedo a palavra ao Deputado William Dib; logo a seguir, falará o Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO WILLIAM DIB - Sr. Presidente, eu vou ser bem rápido. Queria dizer que fui reeleito e sou contra a reeleição. Mas eu não vejo a população, o eleitor reclamar do instituto da reeleição. O instituto da reeleição veio ao encontro dos anseios populares. Apesar da minha formação ser contra, eu acho que eu estou aqui para representar os eleitores que me trouxeram. Então, eu não acredito que seja o momento de se discutir o instituto da reeleição.

Mas isso não quer dizer que o instituto da reeleição não possa ser aperfeiçoado, que nós não possamos fiscalizar mais, que nós não possamos pedir, por exemplo, que o candidato à reeleição se afaste do seu cargo. Nós podemos manter o processo da reeleição, mas exigir um pouco mais, para que não haja tanta discrepância entre o candidato à reeleição e os seus adversários.

Não havendo mudanças no instituto da reeleição, o tempo de mandato continua, obviamente, o mesmo.

Eu acredito que o voto precisa e deve se manter obrigatório. Eu só queria dizer que a reeleição para o Legislativo não pode ser contemplada com uma vez, duas vezes. Eu acho que o povo é que tem que resolver isso. E o que disse o Deputado Marcus Pestana, nós não podemos abrir mão da experiência.

Eu também sou contra cassar mandato de quem é escolhido para Ministro, secretário de Estado ou secretário municipal. Isso diminui um termo que se chama governabilidade. Existem muitos casos em que o Prefeito, o Governador e o próprio Presidente precisa de políticos nas pastas. E onde ele vai buscar o político? Eu não conheço nenhuma outra instância que não seja o Parlamento, em qualquer nível.



Então, eu acho que fazer a cassação de quem foi escolhido em qualquer instância é punir a necessidade que existe, para governar, de ter técnicos, mas também um instituto político. Então, eu sou contra se penalizar. Eu acho que não é esse o assunto das ruas, da população. A população não está preocupada com isso. A população está preocupada com o sistema eleitoral.

Eu tenho uma sugestão em relação à eleição conjunta. Eu acho que com a televisão, que ocorre na eleição presidencial, 30 ou 40 dias depois da eleição, ou junto com o segundo turno. Fazer o primeiro turno presidencial e para Deputado Federal, e em 40 dias — eu acho que não pode passar disso — fazer todo o sistema eleitoral. Senão, vamos parar o ano; se se fizer a cada 6 meses, nós vamos ficar um ano parados, quer dizer, são 9 meses de um lado, 9 meses de outro, daqui a pouco nós pagamos e ficamos com o mesmo custo. Então, eu acho que nós poderíamos operacionalizar assim.

Na minha opinião, o voto deve ser obrigatório. Nós deveríamos legislar aqui que o Presidente da República pode tomar posse até o dia 15 de janeiro. E os Estados e os Municípios legislarem até o dia 7 de janeiro. Cada um legisla do jeito que quiser, mas pode fazê-lo até o dia 7, e a Presidência da República até o dia 15 de janeiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, eu até peço desculpas ao colega ali, mas é porque eu tenho uma audiência no TSE com o Ministro Marco Aurélio, agora, às 17h40min. Eu perderia essa audiência, e não gostaria de perdê-la. Mas serei rápido, Sr. Presidente.

Com relação ao tempo de mandato, a mudança vem na hora certa. Aliás, a grande frustração desta Casa foi quando se aprovou a reeleição. Naquela época o Governo atropelou. O que é o desejo de hoje era também naquela época: fazer a ampliação do mandato para 5 anos e haver a coincidência. Então, aconteceu a reeleição, o que veio a atrapalhar todo o processo eleitoral no que diz respeito à coincidência, que era o grande desejo.



Por isso eu, no momento, sou por aquilo que era antes: a favor da coincidência. Acho que é hora de nós decidirmos de uma vez por todas a ampliação para 5 anos do mandato de Prefeitos, Governadores, enfim, tentar a coincidência dos mandatos. Seria o caso de o Relator estudar qual seria a melhor fórmula para fazer coincidirem esses mandatos.

Com relação a essa coincidência acontecer em duas etapas no período da eleição, pode ser em duas vezes: a eleição de Presidente, Deputado Federal e Senador; e depois, então, dos outros mandatos no dia em que seria o segundo turno, se houver, do Presidente da República.

Com relação à reeleição, confirmo: sou contra, porque eu estou encontrando mesmo em vários exemplos a dificuldade que têm o TRE e o TSE em limitar a atuação do Presidente da República, do Governador, do Prefeito naquilo que é ou não a utilização da máquina. Então, é difícil. Não pode participar de inauguração. Ele vai antes, inaugura sozinho e depois deixa ser inaugurado por alguém; ou então vai depois. Quer dizer, não adianta nada, não há como proibir o Prefeito, o Governador ou o Presidente da República de fazer as coisas que estão proibidas no Código Eleitoral.

Portanto, eu acho que a reeleição leva à corrupção. É difícil se evitar a corrupção eleitoral estando alguém candidato à reeleição, utilizando a máquina. Então, eu sou contra a reeleição. Acho que tem que acabar agora e vir a coincidência de mandato, repito, como era desejo naquela época em que se criou a reeleição.

Com relação à data da posse, Sr. Presidente, eu fico com as datas que o Senado já aprovou, que seria no dia 10 de janeiro para Prefeitos e Governadores; e a posse do Presidente passaria para o dia 15 de janeiro. Acho realmente inconveniente manter o dia 1º de janeiro para a posse, como está previsto hoje na legislação.

Quanto à obrigatoriedade, Sr. Presidente, eu queria dizer, como disse o Deputado Sirkis e como disseram vários aqui que argumentaram: a eleição ser facultativa ou não, hoje nada impede que o eleitor que deseja... A obrigatoriedade não é do voto, a obrigatoriedade é da presença do eleitor no dia da eleição, salvo para os maiores de 70 anos e os menores de 18 e maiores de 16, cujo voto é



facultativo. O que obriga o cidadão ao comparecimento, a assinar uma folha de presença e a depositar o seu voto é uma multa. Então, praticamente não há nada que justifique dizer que vamos mudar a Constituição, que vamos passar para o voto facultativo, quando na realidade não se está exigindo nada que não seja talvez uma das poucas coisas em que há o *jus imperii*, em que se prevalece o interesse público sobre a vontade particular.

Então, seria o caso também de se abrir mão para o serviço do júri, seria o mesmo que despir o Estado do seu maior atributo, que seria a convocação militar. Então, vai virar uma anarquia se abrirmos a Constituição para essa forma facultativa de não se exigir do cidadão algum sacrifício, se é que ele entende assim. Afinal, ele está decidindo o destino do nosso País, do nosso Estado, do nosso Município.

Enfim, Sr. Presidente, eu diria que se nós ratificarmos a obrigatoriedade, ela vem em boa hora para aperfeiçoar cada vez mais o sistema eleitoral na reforma política que se pretende. Sem a obrigatoriedade, eu acho que não teríamos como avaliar uma boa reforma política.

Por isso, Sr. Presidente, repito as minhas opiniões: coincidência de mandato, aumentando-o para 5 anos, ou então uma melhor fórmula de se verificar como coincidir os mandatos; eleição, no dia da eleição marcada, em duas etapas: uma seria para Presidente da República, Deputado Federal e Senador e no dia do segundo turno para Presidente faríamos a eleição para os outros cargos; quanto à reeleição, repito, sou contrário; data da posse, eu já falei; a obrigatoriedade do voto, contra.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Obrigado, Deputado Simão Sessim.

Com a palavra o Deputado Edinho Araújo.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Sr. Presidente, apenas para reafirmar, com relação ao voto facultativo, que a minha tese é de que o voto deva continuar obrigatório. O Presidente Lewandowski disse, com muita propriedade, e me convenceu de que devemos continuar nesta situação, com a obrigatoriedade do voto, tendo em vista que o eleitor que não vota justifica com a maior facilidade. E também a multa é irrisória.



Então, eu acho que é importante para um país como o nosso, que ainda está nesta fase de consolidar-se na democracia, essa participação no dia da eleição. Não me parece que nós estejamos preparados para um voto que não seja obrigatório.

Com relação à reeleição, eu vivenciei esse processo de reeleição. Fui Prefeito de São José do Rio Preto. Eu gostaria que não houvesse a reeleição. Mas em havendo reeleição, a pessoa fica obrigada a ser candidata. É uma condição em que não há como deixar de disputar a reeleição. Por isso, eu tenho comigo que 4 anos é pouco tempo; se for necessário colocar a casa em ordem e depois realizar obras, é pouco tempo. E 8 anos é muito, e não se sabe em que momento se é candidato e em que momento se é Prefeito, se é Executivo. E isso dá margem a uma série de problemas, ao Executivo, àquele que está disputando a reeleição.

Eu considero que se nós conseguirmos achar um calendário para todos, 5 anos seria um bom período para se realizar o trabalho, e sem reeleição. Então, a minha tese é de 5 anos, sem reeleição, com coincidência. E uma coincidência que não tenha um interstício de 6 meses, mas que se dê a eleição em 2 dias, ou uma grande divulgação e, num dia só, se realizem as eleições gerais, considerando que com a eleição de 2 em 2 anos, no ano da eleição inviabiliza-se administrativamente o País, os Estados e os Municípios, e o custo, que não está apenas ligado a isso, mas eu defendo... Um tema está ligado a outro.

Nós devemos fazer um esforço imenso, e nessa reforma política, só com o financiamento público exclusivo de campanha, nós teremos avançado na mudança do sistema eleitoral brasileiro.

Era isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Muito grato, Deputado Edinho Araújo.

Com a palavra o nobre Deputado Alceu Moreira.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Agradeço, Sr. Presidente. Eu queria falar, primeiro, do tempo de mandato.

Quando nós conversamos e discutimos, em todos os lugares onde vamos, esta Comissão tem tentado não apenas fazer valer suas convicções pessoais a cada um dos nossos, mas tentar buscar ouvir o que é possível se fazer de transformação com a lei do menor dano.



Não tenha dúvida de que manter o mandato de 4 anos é um caminho mais curto para evitar resistência hoje aqui. Se nós quiséssemos manter o mandato de 4 anos com reeleição, nós certamente teríamos muito menor oposição do que tentar fazer o mandato de 5 anos sem reeleição, porque teríamos uma série de pessoas que estão na condição de disputar a reeleição e teriam mudada essa possibilidade.

Então, ouvi argumentos de todos os lados. Há lugares onde a reeleição foi profundamente danosa e há lugares onde não permitir a reeleição seria um crime, pela gestão que estava sendo feita.

Essas são questões que não podem ser tratadas à luz dos episódios. É preciso saber que esse é um tema que precisa ser estabelecido como política geral. Ele não está atrelado ao tempo, precisa ter continuidade.

A meu juízo, quanto ao tempo de mandato, eu gostaria que mantêssemos 4 anos, até porque nós podemos votar a próxima eleição. E aqui, por muitas vezes, em audiências fora do Estado, afirmamos que nós precisamos de 1 ano antes para legislar sobre isso. Isso não é verdade. Esta Comissão pode aprovar, no Congresso, uma legislação que pode modificar a legislação eleitoral para os 3 meses antes da eleição. O pau que bate em Paulo bate em Pedro. Não faz diferença nenhuma. Podemos imediatamente incluir no texto da lei a modificação.

A questão da anterioridade anual é uma regra que vamos ter para as próximas eleições. Portanto, se nós quisermos fazer em dezembro a modificação e dissermos que vale para a próxima eleição, vale. Colocamos na lei que agora são 6 meses, 8 meses, 5 meses... Como nós quisermos fazer aqui. Nós estabelecemos isso.

Eu quero imaginar que a reeleição possa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - V.Exa. diz alterando o art. 16?

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - O.k.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Não tem nenhuma problema. Altera o art. 16. É uma questão que se pode fazer se houver consenso.

Quer dizer, nós precisamos de mais tempo para fazer uma bela discussão aqui. Aí não podemos fazer porque passa de 1 ano. Pelo amor de Deus, gente! É



como se fôssemos marcar a hora para morrer. Não! Há condições de fazer esse processo com mais tempo, sem problema nenhum para nós.

Aliás, Sr. Presidente, se há algo acertado nesta Comissão foi não querer fazer de maneira apressada. Muitos aqui queriam correr atrás da agenda do Senado para ver como iríamos fazer. Hoje nós sabemos que a assertiva, inclusive sua, é absolutamente correta: dê voz e ouvido à população para falar sobre isso.

Então, tempo de mandato, a meu juízo: votar o próximo mandato de Prefeito por 6 anos. Mas nem por brincadeira admitir a prorrogação de mandato. Isso é um crime. O eleitor tem de ter direito a votar por um tempo de mandato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nem para discussão.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Nem para discussão! Que conversa é essa! Mandato tampão? Não! Absolutamente não! Vota por 6 anos e coincidem as outras eleições de 4 em 4 anos.

Eu diria até o seguinte: na próxima eleição para Senador — isso a nossa Casa tinha que debater —, também seria por 4 anos. Vai eleger um Senador e o próximo mandato de Senador é por 4 anos. Aí já consigna tudo em 4 anos, não existe mandato de 8 anos para ninguém.

Então, tempo de mandato, a meu juízo, o caminho mais curto, menos doloroso, menos traumático, mais fácil de buscar consenso é continuar como está, com coincidência de mandatos.

Coincidência de eleição. É verdade o argumento de que os temas podem ter prejuízo no debate. É verdade. E será mesmo que numa eleição para a Presidência da República e para o Governo do Estado o arroio do meu Município não vai entrar? Vai sim. Lá no debate do meu Município onde sou Prefeito, no comício que vou fazer, eu vou discutir o arroio e não há nada que me impeça isso, porque o arroio do meu Município não interessa ao Governador ou ao Presidente da República, só interessa à minha gente.

Portanto, a coincidência de eleição é no mesmo dia. É uma questão de cultura. Se nós realmente queremos evitar gastos, queremos fazer...

Agora eu quero dar um exemplo positivo. Se nós estabelecermos a cultura de fazer eleição coincidente, começaremos a ter projetos nacionais coincidentes. Os candidatos ao cargo de Presidente da República, o que eles não fazem hoje, terão



que discutir com todos os seus Prefeitos e candidatos a Prefeitos para incluírem nos seus programas de governo o que farão com as Prefeituras.

Hoje, 4 mil Prefeitos vêm a Brasília e a Presidente da República os recebe, passa a mão em suas cabeças e os manda embora. S.Exa. não tem responsabilidade nenhuma! A eleição é completamente descolada. Se a eleição fosse no mesmo dia, o Prefeito viraria um cabo eleitoral em potencial e, portanto, teria o respeito dos candidatos para fazer isso.

Então, teremos projetos nacionais que começam em Brasília e terminam no Município e começam no Município e terminam em Brasília. Começaremos a falar de projetos nacionais da educação, da saúde, da segurança pública. Coisas que se abatem sobre os Prefeitos, e eles não podem fazer absolutamente nada mas são os culpados por tudo. Trabalharíamos isso, sem sombra de dúvida.

Eu acho que os prós e os contras nos dão clareza de que se nós queremos coincidência de mandato temos de ter coincidência de eleição. A história de que o eleitor não pode apertar as teclas todas ao mesmo tempo é conversa. Pode perfeitamente, e também discutir todos os temas ao mesmo tempo sem nenhum problema. Ele vai discutir que o que é só do Município é do Município, o que é da região é da região, o que é do Estado é do Estado e o que é da União é da União.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - O que o povo mais sabe é usar o caixa eletrônico para tirar dinheiro. Ele verifica saldo, faz transferência bancária, grava senhas, grava tudo. E levando a cópia da eleição, mais ainda.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Deputado Alceu Moreira, V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Pois não.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Quantas vezes nós vemos na televisão plebiscitos realizados em países de Primeiro Mundo, em países emergentes e em países menos desenvolvidos, onde as pessoas saem lá com uma lista de perguntas e precisam ler um texto de 10 a 15 linhas para responder àquela questão? Agora, a questão de votar no nome, no número, o eleitor começa a fixar.



Eu acho que esta tese, que é a tese municipalista, une o País nos grandes temas, porque hoje, como eu dizia ainda há pouco, o tema nacional está dissociado do tema dos Estados. Acho que aí entra o Prefeito, porque, como já dizia o grande líder municipalista Franco Montoro, a União é uma ficção; o que existe é o Município, é lá onde se dão os problemas. O Estado é uma ficção. A partir do instante em que se coloca a eleição coincidente — Município, Estado e União —, unificaremos o País nos temas e na questão administrativa.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Observem que nós estamos tratando de algo que é sempre bom imaginar: quando tu trabalhas sobre modelos, tu estás criando uma possibilidade de comportamento que gera tal resultado. O resultado gerado precisa gerar o efeito que tu desejarias.

Nós estamos trabalhando com sistemas eleitorais para gerar o fato que nós queremos. O que mais nós queremos é que a população comece a ter cultura para desejar que o que ela precisa do Município seja feito. Hoje ela deseja que seja feito tudo. Mas o Prefeito só pode pagar de acordo com o dinheiro que possui o Município, porque o resto é com o chapéu na mão.

Logo, os projetos políticos dos Prefeitos nas suas cidades é uma relação de pendenga e dependência. Ele faz um mundo de processos: se eu conseguir dinheiro do Governo Federal, se eu conseguir dinheiro, se... Não vai mais precisar fazer o “se”. Na discussão ele vai colocar claramente o seguinte: o meu candidato a Governador tem de ter compromisso com a minha região de investir tanto aqui. Do contrário, não vai acontecer.

Será que num debate em que os Prefeitos estivessem juntos, estaríamos hoje escravos dos *royalties* ecológicos? Pagando a humilhação de ver o Rio de Janeiro receber aquele mundo de dinheiro enquanto a nossa gente morre nos corredores das emergências dos hospitais à míngua, sem 1 centavo? Será que teríamos esse injusto privilégio? Claro que não. O privilégio só existe porque a eleição é descasada. A massacradora maioria dos Prefeitos não teve grito e voz na hora de gritar. E aí se fez a concessão.

A questão do voto obrigatório, cá para nós, nem se discute. Com todos os vícios que nós temos hoje, quanto maior for a desvinculação ideológica, quanto maior for o descompromisso, mais fácil é de manipular, por interesse, aqueles que



nós queremos que votem. Teremos certamente a elitização do processo. Não tenha dúvida de que o voto tem de continuar obrigatório.

Aliás, é uma raridade eu ver pessoas que reclamem do voto obrigatório, que se queixem. A eleição, para nós, é uma festa. O povo brasileiro gosta. Eu tenho certeza absoluta de que é uma conquista e nós não podemos abrir mão dela. Só poderíamos fazer quando estivéssemos realizando eleição exclusivamente de debate e propostas. Nesse caso, os atores de defesa das propostas poderiam perfeitamente votar facultativamente. Por enquanto, na situação como está, é melhor o voto ser obrigatório.

Sr. Presidente, estamos avançando. Já temos consenso em alguns eixos muito importantes e temos condição de propor ao Brasil, embora todos os céticos, principalmente aqueles que desejam permanecer com seus mandatos, verdadeiros pontos comerciais, estejam assustados porque podem perder a teta... de repente, *“eu não consigo mais”, “não posso mais isso, não posso mais aquilo”*. Esses todos que negam pelos corredores do Congresso e nunca comparecem aqui. Eles nunca sentam aqui!

De vez em quando, vou a um debate no meu Estado, sento à mesa para debater a reforma política com um verdadeiro *“ateu”*, não é? Não sabe nada, não tem noção. O que é isso? Chamando Jesus de Genésio e urubu de meu louro. Não sabe nada. Não sabe nada e está lá discutindo, discutindo: *“Sou contra isso. Sou contra aquilo.”* Nós estamos discutindo aqui este tempo todo para maturar o que nós pensamos.

Em relação à data de posse, ouvi, em Minas Gerais, o cidadão dizer o seguinte: *“Nós queremos no segundo domingo do ano, porque a festa tem que ser para todos e nós conseguiríamos assistir”*.

Eu pensei: é muito mais inteligente do que marcar um dia fixo. A posse do Presidente da República ocorrer no segundo domingo e a posse do Governador no segundo sábado. É uma festa cívica. Sábado e domingo são dias em que todo mundo está em casa. Pode ocorrer a posse dos Governadores no segundo sábado e a posse do Presidente da República no segundo domingo do ano.



Ontem, isso foi dito em Minas Gerais. Eu achei uma coisa! Quando imaginamos que já sabemos quase tudo, chega alguém e nos dá uma opinião importante.

Parabéns às audiências públicas, parabéns ao nosso debate.

E quero dizer mais, Sr. Presidente, para concluir. Nós começamos agora a fazer a pulverização do debate didático. A grande imprensa não tomou gosto por esse debate por acaso. Ela começou a perceber que isso tem galvanização da população, a pessoa começa a fazer o debate em grande escala, vai tomando os espaços.

Nós estamos realizando audiências públicas em todos os lugares, nas universidades, e se conseguirmos votar este ano, com qualquer tempo, temos condição de votar uma série de resoluções importantes para a eleição municipal, como o fim da coligação proporcional, como a questão dos dois turnos para Município de qualquer tamanho. Nós podemos perfeitamente votar isso, que já é consenso. E não precisamos ficar presos aos prazos, considerando que uma lei anterior não pode ser mudada exatamente pelo único poder que pode modificar as leis, ou deveria ser assim, que é o Poder Legislativo.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Posso falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nobre Deputado Edmar Arruda, V.Exa tem a palavra pelo tempo que desejar.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Primeiro, quero dizer que estamos convidando o povo para a nossa audiência lá no Paraná, na próxima sexta-feira.

Segundo, o Deputado Alceu falou tudo o que eu iria falar — não é Deputado? (Risos.)

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Que bom!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Inclusive a história de chamar urubu de meu louro. (Risos.)

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Conhecemos isso lá no Paraná. E Jesus de Genésio também — viu, Deputado?

A pergunta que eu faço é a seguinte: o Deputado Henrique Fontana vai ter acesso, depois, à transcrição da fala dos nobres pares? (Pausa.) Vai ter, não é? Indago porque é importante.



Eu acho que o Deputado Alceu abordou, com muita propriedade, essa questão da eleição coincidente, no mesmo dia. Tive o privilégio de participar com o Deputado Edinho de um seminário político em Curitiba, no Paraná, na época do nosso glorioso PPS — eu fui candidato a Prefeito de Maringá e S.Exa. era Prefeito em São José do Rio Preto.

Eu tenho andado, visitado os Municípios e tenho encontrado alguns Prefeitos no segundo mandato. E a cara de desânimo dos Prefeitos, a ansiedade das primeiras-damas para acabar o segundo mandato é uma coisa de louco. Eu fiquei até com dó. Então, eu falei: Pode deixar que agora eu vou brigar mais ainda para obtermos um mandato apenas, sem reeleição, e um mandato de 5 anos, que eu acho um tempo bastante razoável.

O Deputado Edinho, pela experiência que já teve como Prefeito, abordou uma questão muito clara. O primeiro mandato vem com uma empolgação e ao mesmo tempo a necessidade de tentar segurar o time por causa da reeleição. Quando o Prefeito é reeleito, não sabe o que faz com aquilo, principalmente nos Municípios médios e pequenos, onde o Prefeito sofre demais com a falta de recurso para tudo.

Então, eu acho que seria muito interessante que pudéssemos avançar nesta proposta de buscarmos um mandato de 5 anos, sem reeleição.

Ouvi aqui a questão de proibir a reeleição para Deputado Federal. No que tange a mim, nem precisa, porque eu quero muito saber como um Deputado aguenta ficar aqui por 7, 9, 10 mandatos. Eu estava brincando com o nosso Deputado aqui, porque na minha cabeça não entra, não tem jeito. Nem precisa limitar a reeleição, Sr. Presidente, porque V.Exa. não vai me ver aqui por muitos mandatos não.

Com relação à data da eleição, eu acho que nós vamos aumentar só dois nomes na lista. Já existe Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador e Presidente da República. Então, eu acho que nós podemos fazer eleição num único dia.

Concordo com o Deputado Alceu quanto à questão dos temas. S.Exa. disse aqui uma coisa que achei interessante e o nosso Deputado Henrique deveria prestar atenção: nós podemos realmente defender bandeiras, fortalecer o partido e ter



eleição nacional. São programas que vão desde o Presidente até o Vereador. Aí acabamos com o que ocorreu em Minas — PSDB, PT, PSB e mais não sei quem.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas não foi ruim. A maioria está satisfeita.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Não foi ruim; foi bom. Mas vai ser melhor ainda se tiver candidato do PT de cima a baixo, candidatos de partidos com mais ou menos a mesma linha ideológica, passando para a população um programa em âmbito nacional, estadual e municipal.

Então, eu fico com essa proposta de uma data só de eleição e a posse em dois momentos. Claro, quanto à questão de ser primeiro sábado, segundo sábado, dia 10 ou dia 15 não existe nenhuma dificuldade.

Mas precisamos, Presidente, trabalhar para que haja o fim da reeleição para o Executivo. É complicado, muito complicado. Precisamos acabar com essa reeleição, passar o mandato para 5 anos e o voto continuar obrigatório. Realmente, hoje não é tão obrigatório, porque a pena é muito baixa. A verdade é que o brasileiro gosta de eleição. Todos rateiam um pouquinho 60 dias antes, 45 dias antes já estão empenhados e no último dia já estão pedindo para não acabar. Então, acho que está tudo tranquilo com relação a isso.

Vamos avançar, porque o Brasil ainda tem muito chão para percorrer com relação a essa depuração do nosso sistema eleitoral.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa., último orador inscrito.

Comunico a V.Exas. que recebemos na manhã de hoje requerimento de autoria dos Deputados Sandro Alex e César Halum solicitando a realização de uma conferência da Comissão Especial de Reforma Política no Estado de Tocantins.

Não havendo discordância para incluir este requerimento extrapauta, submeto-o à discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos à deliberação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.



Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião, designando a próxima para o dia 26 de maio, às 9h30min, no plenário 11, onde ouviremos, em audiência pública, o Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal, Antônio Dias Toffoli, Presidente da Comissão de Juristas criada pelo Senado Federal para a elaboração do Código Eleitoral.

Está encerrada a sessão.